

Editorial

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E LUTAS SOCIAIS: A REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO NA CONTRACORRENTE DO PRODUTIVISMO ACADÊMICO¹

Desde seu nascimento, a Revista Trabalho Necessário tem se comprometido com a Universidade Pública e com a produção de conhecimentos sintonizados com as lutas sociais protagonizadas pela classe trabalhadora. É na perspectiva da práxis política que a relação trabalho-educação, entendida como unidade dialética, constitui-se como eixo central da TN. Em seu processo de construção como periódico científico, tem dado atenção à necessidade de superação da alienação do trabalho e de vida social, inerentes ao capitalismo. As diferentes produções e edições ao longo destes 20 anos permitiram publicizar as contradições do modo de produção capitalista em todas as suas dimensões. O aumento da pobreza de forma diretamente proporcional ao desenvolvimento de tecnologias pôde ser analisado junto ao funcionamento do Estado e sua particularidade no Brasil, de natureza autocrática, com repercussões na elaboração das políticas sociais e no controle da classe trabalhadora em seus territórios, com criminalização e violência policial.

Diante das opressões de classe, gênero e raça, surgem movimentos na contracorrente que são capazes de produzir experiências contra hegemônicas de educação, germinadas pela organização popular dos explorados e oprimidos, visto que o trabalho na sociedade capitalista e suas diferentes dimensões de opressão produz rebeldia, substrato imprescindível à transformação societária.

Como nos lembra Iasi (2007), a produção capitalista ataca a vida em vários aspectos, inclusive na produção do conhecimento. É nosso desafio na universidade fugir à compreensão de que a transformação revolucionária se dá materialmente somente após uma transformação espontaneísta do mundo das ideias. Tais momentos convivem em interlocução permanente, de modo que “a luta das ideias e a

¹ Editorial recebido em 22/08/2023. Aprovado pelos editores em 23/08/2023. Publicado em 23/08/2023. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.59633>.

capacidade de uma classe revolucionária apresentar suas concepções e valores, como os valores do conjunto da sociedade, antecipam-se e preparam o terreno para transformações revolucionárias” (IASI, 2007, p.42).

A preocupação com a emancipação política e com a emancipação humana tem sido uma temática frequente nos artigos publicados pela Revista Trabalho Necessário. Como fruto do processo de produção do conhecimento, a síntese capaz de contribuir para a construção da consciência revolucionária dependerá das conexões que o leitor poderá realizar entre os diferentes textos publicados, suas experiências de lutas e resistências, sua cultura.

A revista caminha na contracorrente do produtivismo acadêmico e na resistência à tese do *fim da história* de Fukuyama, recuperando a contribuição histórica da tradição marxista, e demonstrando a viabilidade da transformação das relações sociais de produção para além do capital. Sendo assim, entendemos que homens e mulheres são produtores da história e que são eles/elas, com a mediação da teoria, os produtores(as) de conhecimento de novo tipo, capaz de reivindicar uma nova episteme, cuja centralidade está nos territórios e em seus diversos pertencimentos.

Como destaca Konder (2002, p. 17) “o desenvolvimento das ciências depende da teoria, da abstração. Ao mesmo tempo, ele não proporciona conhecimento nenhuma garantia de que não haverá descaminhos”. Ou seja, educar é um ato pedagógico, mas também político, quando reconhecemos as possibilidades dos sujeitos realizarem as suas escolhas a partir da relação que estabelecem com o trabalho, com a cultura, com a religião e diferentes espaços de formação.

Também aqui coloca-se em evidência o diálogo permanente entre intelectuais tradicionais da universidade e das escolas que querem construir práticas educativas transformadoras, e aqueles intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, que nascem ligados diretamente às lutas dos sem-terra, sem teto, dos quilombolas e indígenas, dos profissionais da educação ou forjados no chão da fábrica. Tais elementos nos permitem dizer que a Revista busca capturar uma fotografia da realidade no momento da publicação dos artigos, permitindo aos autores participarem como sujeitos atuantes na construção de processos de consciência, qualificando as intervenções nos espaços institucionais e o movimento de elaboração de políticas de educação.

Como destaca Frigotto (2001) no clássico “A produtividade da escola improdutiva” uma das funções efetivas da teoria do capital humano reside não enquanto revela, mas enquanto esconde a verdadeira natureza dos fenômenos. Desta forma, o autor relembra da urgência em sairmos do aparente, da pseudoconcreticidade e do imediatismo. Assim, será pela análise progressiva das contradições internas dos fenômenos que poderemos chegar às leis que produzem tais fenômenos. No contrapelo à teoria do capital humano, ancorada nos supostos neoclássicos de apologia da sociedade burguesa, o materialismo histórico nos auxilia no rompimento da mistificação do senso comum.

Na segunda década do novo milênio, a universidade ainda é desafiada pela teoria do capital humano, visto que os pressupostos capitalistas não foram rompidos na sociedade mas, ao contrário, encontraram formas de disseminação com suas novas roupagens, traduzidas pela formação de competências e empregabilidade. Apesar da materialidade exigida pela nova base científico-técnica, os componentes de formação ainda são pautados por habilidade cognitivas, traços psicossociais, atitudes, valores (FRIGOTTO, 2001).

A meritocracia e o individualismo são referências de princípios imediatos para o acesso à universidade. Apesar disto, ao passo que os docentes e grupos de pesquisa precisam livrar-se da lógica hierárquica que atravessa a formação escolar e universitária brasileira, os estudantes também se movimentam na construção e fortalecimento do seu protagonismo, construtor de práticas democráticas no interior dessa instituição.

Diante de uma sociabilidade burguesa de alienação do trabalho, a educação encontra-se subordinada aos processos capitalistas de produção. Porém, toda contradição revelada nos espaços produtivos e nas escolas produz conhecimento novo. Esse conhecimento também dialoga com a teoria, que nada mais é que a sistematização de experiências e pensamentos, atravessada por métodos que revelam intencionalidades das classes sociais antagônicas no capitalismo.

Com Lenin (2015), recuperamos que, no processo de superação da velha sociedade capitalista, há a necessidade de transformação da educação das novas gerações dentro das instituições de ensino, que também cumprem a função de instrução dessa juventude para o trabalho. Ainda que o objetivo seja a construção de uma nova sociedade, “o ensino, a educação e a instrução da juventude devem

partir dos materiais que a antiga sociedade nos legou” (Lenin, 2015, p. 337). Será a partir dos conhecimentos produzidos na velha sociedade que a classe trabalhadora poderá edificar a nova ordem societária. Considerando que a universidade é um campo onde a batalha das ideias está colocada como expressão do antagonismo de classes, vale recuperarmos a crítica à despolitização da formação na universidade (que, por sua vez, é reivindicada por setores reacionários e conservadores do nosso país como espaço da neutralidade científica).

A universidade democrática precisa caminhar ao lado dos saberes produzidos pelo povo, reconhecer o colonialismo e a exploração capitalista como condição objetiva sofrida por estudantes, professores e funcionários da instituição. Dessa forma, nos interessa revelar as desigualdades no nosso país, as opressões contra a população pobre, negra, periférica, quilombola, sem-terra e indígenas, composta por mulheres, homens, jovens, crianças e idosos.

Na perspectiva da educação transformadora que defendemos, cabe denunciarmos o silenciamento histórico sofrido pelos povos e comunidades originários e tradicionais no Brasil, onde lideranças comunitárias são assassinadas por lutarem pela regularização fundiária, por direitos humanos - como estratégia dos dominantes arrefecer as lutas sociais. Da mesma forma que vidas são ceifadas, como as de Thiago e Eloá, para citarmos, face os avanços do capital e da (in) segurança pública que se instala cotidianamente.

Reconhecemos que a produção do conhecimento não está apenas na universidade, mas também nesses territórios controlados pelo braço armado do Estado. A dominação burguesa opera a coerção e o consenso contra esse conhecimento que insiste em sair da periferia para ganhar o seu espaço na universidade e na política institucional.

As universidades, ainda que tardiamente, vêm buscando, na indicação e concessão de títulos, reconhecer o notório saber de pessoas consideradas comuns, mas que na verdade são lideranças populares, como Carolina Maria de Jesus, Mano Brown, entre outros, com os chamados títulos *doutor honoris causa*. Que possamos contribuir para que a universidade se pinte de povo no seu cotidiano, como sugeriu Guevara, e acolher com o reconhecimento necessário o conhecimento ancestral, capaz de conservar vidas e territórios como fazia a liderança nacional - a Yalorixá

Bernadete Pacífico, quilombola brutalmente assassinada na Bahia no último dia 17 de agosto, em razão de disputa territorial, após sofrer várias ameaças.

Apesar da violência nesses territórios, acreditamos que a universidade tem resistido e se colocado no lugar da possibilidade da crítica, da contestação e à favor das lutas sociais. Esperamos com isso, que ela cumpra seu papel como uma *instituição social*, e que deixe de funcionar como *organização*, nos termos trazidos por Chauí (2003), considerando que esta última forma assumida pela universidade deforma sua potencialidade de diálogo com as necessidades daqueles que precisam dela.

instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. (CHAUÍ, 2003, p.6).

A linha editorial da Trabalho Necessário vem historicamente se aliando àqueles que combatem às contrarreformas educacionais de cariz neoliberal e reacionário, cujos objetivos são a atrofiação do direito à educação da classe trabalhadora. Nesse sentido, vemos com bons olhos as movimentações recentes para a alteração do Novo Ensino Médio, da BNC-Formação, além da extinção do programa federal de apoio às escolas cívico-militares. Entendemos, contudo, que somente a continuidade da organização e das lutas dos que defendem uma educação pública verdadeiramente popular poderá apontar os caminhos das políticas públicas. Afinal, como assinalou Marx na sua crítica ao Programa de Gotha, é o Estado que precisa ser severamente educado pelo povo.

O número atual da Revista Trabalho Necessário recupera os seus 20 anos de publicação. São duas décadas de resistência, produção do conhecimento e trabalho coletivo em prol da classe trabalhadora. Tudo isso em articulação com pesquisadores, estudantes e movimentos sociais nacionais e internacionais.

Vida longa à Trabalho Necessário!

Jacqueline Botelho, Regis Arguelles e Lia Tiriba
Editoras(es) da Revista Trabalho Necessário

Referências

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. Set/Out/Nov/Dez, 2003, nº. 24. Acesso em 22 de agosto de 2023. Disponível em: scielo.br/j/rbedu/a/n5nc4mHY9N9vQpn4tM5hXzj/?format=pdf&lang=pt

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) Exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 6 ed. SP: Cortez, 2001.

IASI, M. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. SP: Expressão Popular, 2007.

KONDER, I. **A questão da ideologia**. SP: Companhia das Letras, 2002.

LENIN, V. As tarefas das Uniões das Juventudes. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 2, p.337-348, dez. 2015.